

RESENHAS

Newton Bignotto e a fenomenologia dos golpes de Estado

BIGNOTTO, N. *Golpe de Estado: história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

Lucas Barreto Dias

<https://orcid.org/0000-0002-1892-9171> – E-mail: barreto.dias@uece.br
(Resenhista)

O mais recente livro de Newton Bignotto, *Golpe de Estado: a história de uma ideia* (2021a), se inscreve não apenas em sua própria obra – plural quanto aos temas, unívoca frente às preocupações políticas –, mas se mostra atenta aos eventos históricos e suas ressonâncias no presente. *Golpe de Estado* não é um livro fortuito, mas se insere em um momento em que o pensamento é demandado para interpretar nossos acontecimentos mais recentes, bem como se insere na profícua obra em realização de Newton Bignotto, pensando aqui esse termo no sentido não apenas de um texto, mas de toda a produção que há na vida de um professor, pesquisador, escritor, formador e intelectual.

A formação do professor Bignotto é reconhecida sobretudo pelas profundas raízes que se firmaram no pensamento ético-político do Renascimento, onde, é claro, a matriz maquiaveliana parece ser a principal seiva a alimentar seu pensamento, tal como nos revela o seu *Maquiavel republicano* (1991). Todavia, podemos também ressaltar, sua proximidade com o pensamento republicano como um todo o fez escrever outras grandes obras, além das diversas que organizou ou das dezenas de artigos publicados, tais como *Origens do republicanismo moderno* (2021b)¹, *Republicanism e realismo: um perfil de Francesco Guicciardini* (2006), *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII* (2010), bem como podemos lembrar de seu *O tirano e a cidade* (2020b)² como forma de interpretar os limites da política e os riscos tirânicos, e por que não dizer autoritários, que não apenas preocuparam os povos helênicos, mas

¹ Primeira edição de 2001.

² Primeira edição de 1998.

rondam nossas experiências modernas e contemporâneas. Seu livro anterior – *O Brasil à procura da democracia*, de 2020 – sobre a trajetória das ideias democráticas e seus percalços desde a Proclamação da República até o advento inicial do governo Bolsonaro, por sua vez, coloca em destaque a preocupação do autor com a articulação não apenas das ideias, mas com o modo pelo qual elas nos capacitam a interpretar nossa realidade, ou, ainda, para parafrasear as palavras de Arendt (2018), autora que faz parte do arcabouço teórico de Bignotto, para pensarmos o que estamos fazendo.

Em seu livro, logo na Introdução, Bignotto não esconde um dos eventos recentes que instigam o seu pensamento: o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 e o concomitante debate sobre se o rito institucional foi uma ação legítima do ponto de vista jurídico-político ou se ele pode ser caracterizado como um golpe de Estado. Sem se furtar a um posicionamento claro, Bignotto defende que podemos sim classificar a destituição da então presidente Dilma como um golpe de Estado, embora seu objetivo não seja simplesmente criar um arcabouço teórico para defender seu juízo político. Aquilo que, em parte, move seu pensamento não é, diretamente, o tema do seu livro, mas serve como seu “pano de fundo”. O que ocorre é que, como nos fala, Bignotto “a noção de golpe de Estado é tão popular quanto mal compreendida” e daí vem seu real interesse pelas “teorias que ao longo da história investigaram a natureza e o significado de ações radicais que interrompem o curso normal do poder político por leis ou costumes assentados” (BIGNOTTO, 2021, p. 22).

Nesse sentido, podemos dizer que Bignotto atua como um *storyteller*, narrando as diversas histórias que compõem distintos momentos em que o conceito de golpe de Estado foi mobilizado. Como “o termo esteve longe de ter um significado único ao longo dos séculos” (BIGNOTTO, 2021, p. 30), Bignotto recorre, assim, às distintas camadas de sentido que viriam a se sobrepor, cada uma delas indicando uma possibilidade nova pela qual podemos encarar esse fenômeno que não é tão extraordinário despontar em nossa realidade política, muito embora sua execução nem sempre seja exitosa.

A pesquisa do professor Newton Bignotto sobre os golpes de Estado não busca por uma essência que orientaria estes eventos, mas não por isso se assume uma impossibilidade de definição do que seja este que é um acontecimento que perpassa nossas experiências políticas. *Golpe de Estado*, nesse sentido, adota uma estratégia que persegue a história de um conceito – como indica seu subtítulo – a partir do modo como o próprio evento teve lugar e de como esse fenômeno foi descrito pelos homens de seu tempo. Nesse sentido, Bignotto se mostra um pensador maquiaveliano, no sentido metodológico de buscar realizar a atividade do pensamento tendo como fonte “a lição das coisas antigas” (MAQUIAVEL, 2017, p. 85), ou, no seu caso, a lição das coisas modernas. É, nesse sentido, que Newton também realiza uma fenomenologia do golpe de Estado. Não cabe, assim, avaliar as motivações dos atores dos golpes, mas a própria execução da ação política, pois, para mais uma vez mencionar Hannah Arendt, geralmente o sentido da ação política não se desvelar ao ator, mas aos observadores, àqueles que podem avaliar o que aparece no mundo quando tantos outros agem.

Em sua fenomenologia do golpe de Estado, há outro recurso a Maquiavel que não é escondido de seus leitores e serve de guia a Bignotto, qual seja, a “tópica maquiaveliana da conquista-conservação” (BIGNOTTO, 2021, p. 42). Ainda que o secretário florentino não tenha diretamente falado sobre golpes de Estado, ela mobiliza frequentemente o problema da conquista e manutenção do poder para pensar a história dos grandes atores políticos. Ademais, nos lembra Bignotto, as conspirações e conjurações são anteriores ao advento do Estado moderno e fazem parte da história política, de modo que visualizá-los, tal como Maquiavel o fez, serve como um ponto de partida relevante para o *storytelling*.

Combinando, assim, uma grande história em que se inserem atores e acontecimentos, junto a observadores e teorias, Bignotto menciona na primeira parte do seu livro a conjuração de Catilina. Neste ponto, indica-se como a experiência das conspirações remonta a experiências mais antiga, contudo, seu olhar se volta mais propriamente, como forma de iniciar sua trajetória, para a conjuração dos Pazzi que tramam “contra o poder dos Medici” na Florença dos *quattrocento*, a qual, por sua vez, é narrada por Maquiavel no século XVI. Já aqui podemos ver como as conspirações, na medida em que buscam tomar o poder, se valem de estratégias similares às que serão utilizadas pelos golpes modernos: i) em um primeiro momento, põe-se em questão a relação da conjuração com o segredo e número dos envolvidos, o que implica o momento de organização e envolve a distribuição topológica do poder entre os atores; ii) na etapa seguinte, Bignotto circunscreve o momento da ação, onde a *virtù* dos atores é posta à prova frente à fortuna, à imprevisibilidade da ação e dos acontecimentos que se seguirão. Estas circunstâncias narradas apontam para um dos elementos-chave pelas quais a obra de Bignotto se apresenta: o momento da conquista. Todavia, como já aludimos, à conquista se segue a necessidade de manutenção, o outro polo pelo qual os golpes de Estado também precisam ser analisados.

Nesse sentido, Bignotto se serve, enfim, do próprio conceito nascente no século XVII com Gabriel Naudé. Embora não seja o autor francês o criador do termo, o qual já circulava na França setecentista, ele ajuda a dar corpo ao conceito-chave de nosso filósofo mineiro ao aplicá-lo para compreender as ações do cardeal Richelieu no contexto das disputas morais e políticas em torno da Monarquia francesa. Neste momento da história, Bignotto nos mostra como a noção de golpe de Estado é mobilizada junto a conceitos como soberania e razão de Estado para justificar ações utilizadas por aqueles que buscam conservar o poder. Esta primeira camada nos indica, então, que os “golpes de Estado expressam a razão de Estado de forma aguda e, no mais das vezes, violenta” (BIGNOTTO, 2021, p. 109), isto é, o conceito de golpe de Estado não é visto de maneira pejorativa, mas como um disposto da razão de Estado tendo como finalidade a manutenção do poder e da soberania.

Será, no entanto, com os acontecimentos desencadeados com a revolução francesa que o conceito ganhará nova camada. Bignotto nos conta como o termo ficou dormente no período pós-1789, quando o conceito de Revolução passou a dominar o cenário político e intelectual da época. Será retrospectivamente que certos momentos passarão a ser lidos como golpes de Estado, tais como se pode, talvez, ler o Terror jacobino como forma de “preservar o que acreditavam ser os ganhos da Revolução e da República” (BIGNOTTO, 2021, p. 144). Seja como for, nos é, então, apresentada a época do *Diretório* como um período de criação de golpes, seja como o 13 *Vendémiaire* (em 5 de outubro de 1795), colocando atores como Barras e o então jovem oficial Napoleão na cena pública, seja o 18 *Fructidor* (4 de setembro de 1797), em que Madame de Staël e Benjamin Constant despontam como observadores dos eventos narrados. Tudo isso, Bignotto nos apresenta, vai nos levar àquele que se torna “o paradigma moderno dos golpes de Estado” (BIGNOTTO, 2021, p. 166): o 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte, combinando certo controle dos militares e acordos com os deputados e contando com o auxílio do constitucionalista Seyès. Neste momento, adiciona-se a camada do golpe como “uma interrupção forçada do ritmo da vida política” (BIGNOTTO, 2021, p. 32), de modo que “a análise dos golpes passou a ser comandada pelo arsenal teórico do direito e não mais exclusivamente da política” (BIGNOTTO, 2021, p. 33).

Será, no entanto, no século XIX que teremos uma nova camada a ser colocada na análise dos golpes de Estado: “o golpe de Luís Napoleão em 1851” (BIGNOTTO, 2021, p. 33). Servindo-se dos comentários de Victor Hugo, Benjamin Constant, François Guizot – pensador

liberal e ministro de Luís Napoleão enquanto presidente –, Alexis de Tocqueville e outros atores, tais como Blanqui e Babeuf, Bignotto nos mostra como a ascensão de Napoleão III passa a sugerir a “ideia de golpe de Estado como conquista violenta do poder e não apenas sua conservação” (BIGNOTTO, 2021, p. 202). Nesse momento, diversos outros conceitos despontam na discussão, tais como insurreição, conspiração e revolução, bem como outros importantes teóricos se juntam ao debate, como Proudhon e Marx. Apesar de o século XIX ser, assim, momento privilegiado para se pensar o problema dos golpes de Estado, o século XX nos apresentaria outra camada.

A técnica dos golpes de Estado desponta no século XX, com o auxílio do fascista Curzio Malaparte, revelando que a “tomada do poder não decorre de um processo racional do qual seria possível descobrir as causas mais profundas” (BIGNOTTO, 2021, p. 34), de modo que se é possível tentar explorar as brechas que as instituições possuem, o que coloca como centro da análise as ações italianas e alemãs. Newton dialoga, assim, não apenas com Malaparte, mas com autores como Carl Schmitt, Hans Kelsen e Max Weber para pensar o problema da legitimidade do poder e o recurso à exceção como forma de conquista e manutenção do poder.

Por fim, Newton dá uma breve mirada no século XXI, não para encontrar novas camadas, mas para nos lembrar que golpes não são circunstâncias excepcionais e misteriosas, mas se inscrevem no cotidiano de nossa vida política. O livro ainda teve a oportunidade de mencionar o 6 de janeiro de 2021, quando uma turba de cidadãos estadunidenses invadiu o congresso na tentativa de realizar um golpe de Estado sob os incentivos do ex-presidente Donald Trump. Curiosamente, como todos sabemos, nós tivemos no Brasil o 08 de janeiro de 2023, o qual, a partir do livro de Bignotto, penso não só pode, mas deve ser melhor encarado como uma tentativa de golpe que, felizmente, não deu certo, mas que ainda nos cerca. Curiosamente, vale lembrar, esta obra auxiliou diretamente pelo menos, até onde sei, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, na fundamentação do 08 de janeiro como uma tentativa de golpe de Estado, embasando a condenação de alguns dos atores envolvidos. Imagino, por fim, que o livro do professor Newton Bignotto possa ser lido e debatido mais vezes por nós nesses próximos anos, auxiliando-nos a identificar as futuras tentativas de golpe, às quais, esperamos, continuem sendo frustradas para o bem da saúde de nossa democracia.

Referências

- ARENDE, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, revisão de Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2018.
- BIGNOTTO, N. *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BIGNOTTO, N. *Golpe de Estado: história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- BIGNOTTO, N. *O Brasil à procura da democracia: da proclamação da república ao século XXI (1889-2018)*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.
- BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2021b.

BIGNOTTO, N. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Edições 70, 2020b.

BIGNOTTO, N. *Republicanism e realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Edição bilingue. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34, 2017.

Sobre o resenhista

Lucas Barreto Dias

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Doutor em Filosofia (Ética e Filosofia Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com tese sobre "Os métodos de Hannah Arendt". Mestre em Filosofia (Ética e Filosofia Política) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com dissertação sobre "O conceito de aparência no pensamento de Hannah Arendt". Possui graduação em Licenciatura plena em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com monografia sobre Ontologia, política e moral em Simone de Beauvoir. Membro do GT de Filosofia Política Contemporânea da ANPOF. Membro do grupo de pesquisa CENTELHA, do IFCE. Membro e pesquisador do GEPEDE – UVA. Membro e pesquisador do grupo de pesquisa Ética e Filosofia política – UFC. Áreas e temas de interesse na Filosofia: Filosofia Política, Ética, Existencialismo, Hermenêutica e Fenomenologia. Desenvolve pesquisa sobre a relação entre método e pensamento político a partir de Hannah Arendt, bem como sobre a relação entre política e formas de dominação. Está à frente do *podcast* de filosofia *Ágora Café*.

Recebido em: 20/12/2023
Aprovado em: 16/01/2024

Received: 20/12/2023
Approved: 16/01/2024